



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638722 - SP (2021/0001860-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL JOSE SILVA DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL JOSE SILVA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001398-55.2016.8.26.0540).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos de reclusão no regime inicial aberto e de 20 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo, pela prática dos crimes previstos nos arts. 180, *caput*, e 311 do Código Penal.

A impetrante sustenta violação do art. 28-A, § 14, do Código de Processo Penal, ao argumento de que, diante da recusa do órgão de acusação em propor o acordo de não persecução penal, deveria o magistrado ter remetido os autos da ação penal ao Procurador-Geral de Justiça para oferecer o benefício legal ao réu ou insistir na recusa.

Requer, liminarmente, seja assegurado ao paciente aguardar o julgamento deste *writ* sem o início da execução penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja anulada a condenação por inobservância do direito do réu ao acordo de não persecução penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente